BEM INFORMADO
BELO HORIZONTE
AGOSTO DE 2008
ANO 02 | Nº 11

IEPHA
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Inventários são fundamentais para proteção do patrimônio cultural

_____ página 03

Técnicos da Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA fazem minucioso trabalho para inventariar bens de interesse de preservação

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?

_____ Confira na página 10

Em entrevista, ex-presidente do IEPHA fala de sua experiência à frente da instituição

_____ páginas 06 e 07

Teatro Rural em Taquaraçu de Baixo é um dos dois únicos do mundo que funciona dentro de um curral

_____ página 08 e 09

Impresso Especial
7397091256-DR/MG
IEPHA/MG
...CORREIOS...

Editorial

| Agradecimentos e novos tempos

Após três anos e meio que mudaram de forma radical os rumos das políticas na área da cultura em Minas Gerais, com repercussão positiva nacional, deixam a Secretaria de Estado de Cultura Eleonora Santa Rosa e Marcelo Braga. Com tenacidade, ética e respeito institucional, conseguiram, com o apoio do Governo de Minas, revigorar as unidades do Sistema Estadual de Cultura e suas políticas. A gestão de Eleonora e Marcelo foi plural, contemporânea, democrática e eficaz. O IEPHA/MG deseja-lhes, em novos desafios profissionais que os esperam, sucessos. Deixamos, também, nossos agradecimentos pelo muito que fizeram.

Recebemos o novo secretário de Cultura, Paulo Brant, e a secretária adjunta, Sylvana Pessoa, com especial respeito, acreditando na consolidação do que foi construído e na expectativa de que outras novas políticas sejam planejadas e implementadas.

O Acordo de Resultados firmado pelo IEPHA/MG com a Secretaria de Cultura e Secretaria de Planejamento e Gestão é um referencial para a consolidação das políticas públicas em desenvolvimento pelo Governo de Minas neste Instituto.

As metas a serem alcançadas foram discutidas de forma democrática pelos servidores da casa sob a coordenação da Diretoria Central de Modernização da Gestão e da Superintendência Central de Modernização Institucional da SEPLAG.

Nossos agradecimentos à secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, e ao subsecretário de Gestão, Frederico Melo, pelo assessoramento prestado por meio da equipe composta por Fernanda Neves, Luís Otávio Assis, Cristina Torres e Marcelo Barbosa(atual chefe de gabinete do IEPHA/MG), que possibilitaram, em tempo restrito, a consolidação do Acordo.

O jornal Bem Informado vem, a cada número, se firmando como veículo de divulgação do nosso patrimônio cultural. Nesta edição esperamos que os leitores façam novas descobertas e reflexões a partir dos textos apresentados. Salientamos a entrevista do mês com a ex-presidente do IEPHA/MG, Liana Portilho, que nos conta um pouco sobre o período em que esteve à frente do Instituto e as ações necessárias para a construção de novas políticas, tanto administrativas quanto das áreas fins.

Uma boa leitura a todos!

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Abílio Machado Filho

Faleceu no último dia 26 de julho, aos 89 anos, o jurista, tabelião e político Abílio Machado Filho, personagem de destaque no cenário cultural de Minas e um dos principais responsáveis pela fundação do IEPHA/MG. Na política, foi secretário particular de Milton Campos e subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Amigo pessoal e braço direito do ex-governador de Minas Rondon Pacheco, Abílio Machado Filho desempenhou papel importante na formação do Governo e, especialmente, no incentivo à cultura. Juntos decidiram não criar uma secretaria específica para a área, assumindo diretamente a responsabilidade sobre o fomento de ações no setor e optando pela criação de entidades sob o modelo de fundações. Surgiram daí, além do IEPHA, a Fundação Palácio das Artes (hoje Fundação Clóvis Salgado) e a Fundação Escola Guignard.

Em 2006, Abílio Machado Filho foi homenageado pelo IEPHA durante as comemorações pelos 35 anos de fundação do Instituto.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Aécio Neves
Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretário: Paulo Brant
Secretária Adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Carlos Roberto Noronha
Chefe de Gabinete: Marcelo Mendes Barbosa
Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino
Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo
Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG
Assessoria de Comunicação
Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)
Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)
Diagramação: Daniella Melo Jardim
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão em papel Reciclato 90g/m³ - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal - É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.

Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Inventário é um dos instrumentos de proteção patrimonial

Igreja do Santíssimo Sacramento, em Jequitibá

O primeiro passo para a preservação de um bem é conhecê-lo. Guiado por esta premissa, o IEPHA tem aplicado cada vez mais esforços para expandir o acervo de informações disponíveis sobre os mais diversos tipos de bens de interesse de preservação para o patrimônio histórico e cultural em Minas Gerais.

Instrumentos de identificação e proteção, os inventários são responsáveis pelo cadastro dos bens culturais (sejam eles materiais ou imateriais), e subsidiam todas as demais ações de preservação. É a partir do inventário que são definidos parâmetros e prioridades, e que são planejadas ações diversas, até mesmo a decisão sobre a recomendação de tombamento ou não do bem.

Por meio do inventário, as informações relativas ao bem ficam registradas de forma perene. Uma peça documentada, descrita e cadastrada em inventário fica mais protegida. O inventário pode contribuir ainda para o trabalho de recuperação, quando já tiver acontecido transformações, seja pelo tempo, por acidente ou por ação humana inadequada.

Fica também mais fácil localizar peças desaparecidas quando o inventário traz imagem ou mesmo informações descritivas mais exatas que facilitem sua identificação. Por fim, facilita ainda o retorno de peças encontradas ao seu local de origem, agilizando o processo de reconhecimento e comprovação de propriedade.

"Exatamente por fatores como esses, o trabalho de inventário é realizado pelo IEPHA juntamente com o trabalho de identificação e recuperação de bens culturais desaparecidos, estabelecendo-se, inclusive, prioridade para o inventário de bens móveis e integrados de acervos tombados" explica a gerente de Identificação do Instituto, Ângela Dolabela. Ela lembra ainda que, durante o processo, a instituição pode desenvolver um trabalho de educação patrimonial visando sensibilizar e instruir a comunidade local orientando, inclusive, sobre cuidados básicos de conservação das peças.

| Online para consultas

Fotos, vídeos, áudio, mapas, plantas e relatos orais são algumas das formas de cadastro que podem integrar o levantamento histórico e descritivo que compõe um inventário, variando muito de acordo com o tipo de categoria do bem. Bens materiais podem ser documentados como estrutura arquitetônica e urbanística, bens móveis e integrados, arquivos, patrimônio arqueológico, sítios naturais ou sítios urbanos. Já o patrimônio imaterial inclui celebrações, saberes e modos de fazer, formas de expressão e lugares. Assim, o trabalho exige uma equipe multidisciplinar que, dependendo do tipo de bem a ser inventariado, pode ser formada por historiadores, arquitetos, sociólogos, geólogos, geógrafos, arqueólogos e antropólogos.

O processo começa com pesquisa documental preliminar e só então os profissionais vão a campo realizar o levantamento com registro amplo e completo. De volta ao IEPHA, a equipe começa o tratamento dos dados coletados até que o inventário esteja concluído e possa ser cadastrado em um banco de dados eletrônico - o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG) -, disponível para consulta pública no site www.ipac.iepha.mg.gov.br.

Atualmente, o IEPHA tem vários inventários em andamento. Dentre os exemplos, bens imateriais como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, de Chapada do Norte, o Teatro Giramundo, de Belo Horizonte, e o Teatro Rural São Francisco, de Santa Luzia (ver página 8). Também estão sendo documentados os acervos de bens móveis e integrados da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Biribiri, da Igreja Matriz São Francisco de Assis, em Costa Sena (distrito de Conceição do Mato Dentro), e da Igreja do Santíssimo Sacramento, em Jequitibá.

Uma peça documentada, descrita e registrada em inventário fica mais protegida

Comunidade: A Melhor Guardiã de seu Patrimônio

*Delmarí Ângela Ribeiro

A preservação do patrimônio histórico, em Minas Gerais, é marcada pela falta de recursos econômicos quando se trata de bens considerados de menor valor cultural frente aos nossos mais significativos monumentos, sejam eles: as pequenas edificações religiosas, a arquitetura vernacular existente nos distritos semi-rurais e os centros históricos de municípios de pequeno ou médio porte. Para a efetiva restauração deste conjunto de bens tombados é necessária a formação de parcerias entre os diversos órgãos de preservação: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o IEPHA/MG, o Ministério Público, as prefeituras com seus conselhos municipais de cultura, e, principalmente, as comunidades locais.

A importância da salvaguarda da memória cultural do Estado liga-se à reafirmação de sua identidade face a todas as mudanças que ocorrem em ritmo acelerado neste mundo globalizado. Além da importância histórica, arquitetônica e artística dos monumentos, busca-se, também, a manutenção das tradições enraizadas em um espaço quase rural, em um espaço geográfico e social que permanece sem muitas transformações. Preservar significa respeitar o cotidiano de uma população que mantém as suas tradições que se conservaram através de um tempo de longa duração, num espaço quase imutável, com características que parecem não evoluir e que remontam ao século XVIII.

Preservar a memória é manter, na atualidade, os ritos de um cotidiano que trouxe até nossos dias toda a riqueza deste patrimônio. Lembramos que a produção do espaço arquitetônico e do urbano é referenciada pela produção social como um todo, ou seja, o território é visto como a reprodução (representação) do social, do econômico, do histórico e do cultural. A restauração dos bens imóveis e as intervenções qualitativas nos centros históricos, portanto, devem levar em consideração, além das determinantes locais, todas as forças do mercado econômico e cultural que atuam no presente. O entendimento da sociedade atual é marcado por um desenvolvimento com características globalizadas, onde a internacionalização da economia, a mundialização da produção e da mercadoria e os novos e rápidos fluxos de comunicação e de transporte transformaram o espaço geográfico, carregando-o de novos significados e determinando que as intervenções locais levem em consideração esta globalização e a urbanização da sociedade.

As revitalizações de caráter global dos centros históricos, principalmente aquelas com objetivos turísticos, provocam mudanças que podem reverter o processo social e econômico cotidiano dos lugares a serem preservados e transformá-los ou destruí-los com a expulsão e substituição da população original no chamado processo de gentrificação e a conseqüente perda do patrimônio imaterial, ou seja, da vivência das tradições locais.

Mesmo diante de fatores externos, um bom exemplo de um processo de preservação que contou com a parceria da comunidade foi o da restauração arquitetônica do Santuário do Senhor Bom Jesus do Matozinhos e da Igreja Matriz de Santo Antônio, monumentos tombados do distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, município de Piranga. A restauração dessas edificações só foi possível pela perseverança da população do distrito e pela parceria com o Ministério Público e com o IEPHA/MG.

Os fatores determinantes para a restauração arquitetônica das edificações são, portanto, as parcerias técnicas e econômicas firmadas e o poder de decisão e de gestão compartilhado entre os diversos sujeitos desta história e desta memória e, na prática, a participação efetiva, em todas as fases das obras, da própria comunidade, que é a melhor guardiã de seu patrimônio, como nos disse Aluísio Magalhães, referência na área.

* Resumo de texto que está sendo desenvolvido pela autora, arquiteta da DCR, para a dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

Acervo IEPHA/MG

Igreja Matriz de Santo Antônio, distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, município de Piranga - obras de restauração com participação direta da comunidade local

Tombamentos provisórios serão levados para apreciação do CONEP

Completar, até o final do ano, processos de tombamento que já se encontram com proteção provisória homologada em âmbito estadual é uma das metas do IEPHA, que foi apresentada ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), em encontro do colegiado realizado em 30 de julho. Quatro processos receberão complementações e serão levados para apreciação e votação do Conselho ainda em 2008. São eles: Serra dos Cristais, em Diamantina, Casarão do Capitão Henrique, em Oliveira, Fazenda Pé do Morro, em Ouro Branco, e Casa de JK, em Belo Horizonte.

O dossiê referente a um quinto bem com tombamento provisório já foi finalizado e entregue ao um dos conselheiros para o parecer. Trata-se do tombamento do Centro Histórico de Pitangui, que já está sendo analisado pelo CONEP e deve estar na pauta do próximo encontro.

Também durante a reunião do CONEP, outro bem cultural mineiro recebeu solicitação de parecer para tombamento estadual – este, porém, em caráter provisório. Para elaborar parecer quanto à proteção da Capela de Nossa Senhora da Glória, em Carandaí, foi escolhida como relatora a conselheira Celina Borges Lemos, representante da sociedade civil. Datada de 1736, a capela teve sua estrutura original em madeira totalmente reedificada em pedra, em fins do século XVIII. Possui importante conjunto de bens móveis e integrados de inspiração neoclássica e pombalina e decoração híbrida com características estilísticas entre o rococó e o neoclássico. Além da importância artística, o bem possui forte valor histórico, uma vez que é registro da ocupação colonial na região do Campo das Vertentes. Após pronunciamento de parecer da relatora, o processo de tombamento provisório será votado pelos membros do CONEP na próxima reunião.

Acervo IEPHA/MG

Capela de Nossa Senhora da Glória, em Carandaí

Casa de JK, na Pampulha, em Belo Horizonte

Complexo Cultural

O Circuito Cultural Praça da Liberdade, projeto estruturador do Governo de Minas que será um dos maiores complexos culturais do país abertos à população, também integrou a pauta do encontro. A proposta do Centro Cultural Banco do Brasil, que vai ocupar o prédio da antiga Secretaria de Defesa Social, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros, que já haviam recebido o projeto anteriormente para análise. As obras de adaptação para implantação do projeto devem começar em breve.

Os conceitos básicos para o Memorial Minas Gerais, nova destinação do prédio da Secretaria da Fazenda, foram apresentados pela então secretária de Estado de Cultura e presidente do CONEP, Eleonora Santa Rosa, e pelo arquiteto e cenógrafo Gringo Cardia, responsável pelo design e direção de arte do projeto.

A proposta do Memorial será agregar, em um mesmo espaço, toda a riqueza cultural do Estado desde o século XVIII até o cenário contemporâneo, incluindo uma perspectiva futurista. O projeto arquitetônico prevê um mínimo de intervenções, limitando-se praticamente ao resgate da edificação original. Assinada por uma equipe de cinco profissionais, a proposta apresentada por Humberto Hermeto, tem como foco a recuperação da iluminação abundante da escadaria, que havia anteriormente, por meio da recriação de um pátio central.

A simplicidade do projeto arquitetônico, de acordo com Eleonora Santa Rosa, é justificado pela clara intenção de que o atrativo seja o "recheio" do prédio, com enorme volume de informações disponíveis principalmente de forma interativa.

ENTREVISTA

Desafios e conquistas à frente do IEPHA

José Carlos Paiva/SECOM - MG

Em julho último, Liana Portilho Mattos deixou a presidência do IEPHA/MG, reassumindo sua função de procuradora do Estado. Motivada pela necessidade de ter mais tempo para dedicar à sua família, Liana fala nesta entrevista sobre as conquistas e o rico aprendizado à frente do Instituto.

Quais a senhora considera os principais desafios encontrados no período em que esteve à frente do IEPHA?

Os desafios enfrentados pelas instituições públicas estão no seu dia-a-dia, especialmente no momento de definição das prioridades a serem perseguidas no trabalho da equipe. No caso do IEPHA, penso que o maior desafio que enfrentamos foi o de assumir o Instituto com a determinação clara, da Secretaria de Estado de Cultura e do Governo, de reestruturá-lo, estatutária e administrativamente, o que exigiu, a par da atividade de gerir as atividades da rotina do Instituto, todo um grande esforço paralelo para identificar, construir, sistematizar e propor novas diretrizes para a atuação da entidade. Esse, sem dúvida, o maior desafio, pois equivale a dizer que tivemos que repensar toda a história trintenária de atuação do Instituto, tentando depurar os erros e aprimorar estratégias para incremento dos acertos. Tratava-se, portanto, de pensar a questão da proteção do patrimônio cultural em outro contexto, mais exatamente em 2007, considerando todas as mudanças sociais, econômicas, federativas até e mesmo constitucionais que tivemos desde a criação do Instituto.

Para isso, foi necessário tentar responder minimamente quais são os limites e as possibilidades – dentro da ordem administrativa legal, sobretudo – de uma entidade estadual voltada para a proteção do patrimônio cultural no século XXI. Só para ficar num exemplo do que mudou de lá pra cá, cito a questão dos municípios e toda a extraordinária autonomia que adquiriram a partir da Constituição de 1988. Evidentemente que a maneira de o IEPHA tratar o patrimônio cultural em Minas passa a ser diferente a partir desse acontecimento, até mesmo em razão de a proteção do patrimônio cultural ser hoje uma matéria também da competência local municipal. Os dados crescentes de adesão ao ICMS Patrimônio Cultural só confirmam isso.

Seu substituto, o arquiteto Carlos Noronha, já exercia a vice-presidência do IEPHA ainda em sua gestão e toda a direção também se mantém. Isso

seria uma demonstração de continuidade nas diretrizes das ações do Instituto?

Sim, sem dúvida. Esse desejo de continuidade foi manifestado a mim pela então secretária de Estado de Cultura, Eleonora Santa Rosa, desde o primeiro momento em que lhe relatei que as minhas circunstâncias de vida familiar, pessoal, me impediam de continuar à frente do Instituto por mais tempo. A partir daí, o Governo quis fazer uma transição a mais natural possível, de modo que se atendesse essa premissa de continuidade irrestrita dos trabalhos iniciados em março de 2007, o que pode ser traduzido como uma reafirmação da confiança depositada pelo governador no trabalho que vem sendo desenvolvido por essa equipe de alto nível. Felizmente, para o IEPHA, o Carlos Noronha aceitou assumir a condução da gestão, com a intenção de buscar, agora, a consolidação das metas e diretrizes que foram lançadas lá atrás.

Qual a senhora aponta como a maior conquista obtida durante sua gestão no Instituto?

Além da aprovação do novo Estatuto, acredito que, de alguma forma, conseguimos manter motivado o espírito do corpo técnico, altamente especializado, seja por meio da aprovação da nova planilha remuneratória para as carreiras do IEPHA/MG, que conseguimos depois de muitos anos sem melhorias nesse aspecto, seja por meio da definição mais clara de rotinas, procedimentos e metas para o trabalho interno, o que redistribuiu e compartilhou atribuições, inclusive com possibilidade real de premiação no caso do êxito no atingimento das metas, como é o caso do Acordo de Resultados firmado recentemente. A instalação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, o CONEP, também foi uma conquista sem precedentes para o patrimônio cultural mineiro. Entre outras conquistas que me deram satisfação, eu não poderia deixar de falar, ainda, no lançamento desse canal inédito de comunicação do IEPHA, que é o **Bem Informado**, atingindo todos os municípios mineiros. Particularmente, por esse jornal, tenho um carinho especial.

Com a experiência desse tempo na presidência do IEPHA e acompanhando de perto as questões relativas ao patrimônio cultural mineiro, o que a senhora considera importante ser feito nesta área?

Acredito que é fundamental traçar bases mais sólidas, no plano legal, para o tratamento da questão pelos múltiplos atores que se vêem às voltas com um mesmo objeto, o patrimônio cultural mineiro: os municípios, o Estado, o Governo Federal e a sociedade. As responsabilidades e as atribuições de cada ente, assim como os critérios, mesmo que gerais, para intervenções em bens tombados deveriam estar traçados num papel com força cogente, um marco regulatório mesmo, a lei estadual do patrimônio cultural mineiro, dentro da competência que a Constituição Federal reserva ao estado-membro nessa matéria.

Essa iniciativa é muito importante para se valorizar a cultura da proteção e preservação do patrimônio, pois propiciaria segurança jurídica aos envolvidos com a questão, a partir da disposição clara das regras, sejam eles os proprietários dos bens tombados, seja a sociedade em geral interessada em fruí-los. Com a criação do CONEP, muito ainda poderá ser feito para a definição clara das diretrizes específicas para a proteção dos bens tombados em nível estadual, o que já vem sendo traçado exemplarmente pela equipe da Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA desde o ano passado.

Qual o principal legado que este tempo exercendo a presidência do IEPHA lhe trouxe?

Foi uma experiência e tanto, de muita riqueza todos os dias. Não só com o aprendizado intensivo vivenciado na função de estar à frente da condução de um instituto de patrimônio nacional e internacionalmente reconhecido de maneira singular por sua trajetória, mas sobretudo em razão dos relacionamentos humanos que ali experimentei, conhecendo pessoas extraordinárias, profissionais dedicados, apaixonados mesmo pelo ofício que escolheram exercer. O sentimento de gratidão que tenho pela acolhida que tive vai para cada um dos funcionários do IEPHA. A preservação da cultura, a proteção da arte da arquitetura, do fazer mineiro estão no dia-a-dia de todos que trabalham no IEPHA, como de fato não poderia ser diferente. Mas o fato é que isso agrega valor imensurável a cada servidor que ali passa horas do seu dia, exercendo o seu trabalho. Todos sabemos do poder transformador da arte e da cultura. Imagine, então, o que se ganha imiscuindo-se nelas o cotidiano da sua rotina de trabalho.

É impossível ainda não mencionar o rico aprendizado que foi trabalhar junto de pessoas como Eleonora Santa Rosa e Marcelo Braga, que deixaram a sua marca na gestão estadual da cultura mineira.

A senhora assumiu duas enormes responsabilidades praticamente na mesma época: a presidência do IEPHA e a maternidade. Na sua opinião, como é este desafio feminino de conciliar vida profissional e pessoal?

Olha, sinceramente, é um desafio gigantesco, daqueles que ainda não sei bem ao certo como superar. Nós, as mulheres, fomos geneticamente programadas para exercer, se assim possível e desejável, a maternidade, o que é a maior responsabilidade que um ser humano assume em toda a sua vida. Esse cuidado parental, que cabe, é claro, também aos homens, torna-se cada vez mais primordial no mundo em que vivemos, com tantas incertezas e ameaças pairando sobre valores e costumes antes tão solidamente arraigados. O mundo está sempre em mudança, é verdade, mas a velocidade dessa mudança é que parece ser agora o diferencial deste nosso tempo. Então, com tempo cada vez mais escasso para as múltiplas atribuições que assumimos, inclusive de ordem profissional para a mulher moderna, é um desafio muito difícil encontrar o ponto de equilíbrio para a harmonização dessas funções todas que fazem parte do nosso dia-a-dia: mãe, profissional, esposa, companheira, amiga, filha etc.

Enfim, creio que, apesar de todo o sacrifício pessoal advindo de ter assumido o cargo em pleno período de gestação da minha filha, toda a equipe conseguiu cumprir com êxito as tarefas traçadas desde o início para esta gestão, o que permite voltar pra casa com a consciência de ter dado ao IEPHA e ao Estado a contribuição que me foi possível dar. No entanto, neste momento, senti que a minha dedicação principal deveria estar direcionada para a minha família, num papel em que não existe substituição, ainda mais na do nível que ocorreu no IEPHA, que acabou ganhando como presidente um arquiteto do quilate do Carlos Noronha.

Uma paixão em comunidade

Comunidade fez mutirão para construir o teatro

Chão de terra batida, apenas 200 habitantes e uma enorme paixão: o teatro. Assim é Taquaraçu de Baixo, comunidade rural de Santa Luzia, a caminho de Jaboticatubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A história começou quando Raimundo Nonato, ainda seminarista e hoje capelão do Mosteiro de Macaúbas, passava férias na casa de seu irmão, Expedito Costa Moreira, na localidade, e resolveu reunir alguns jovens para fazer teatro. Não havia lugar onde se pudesse improvisar um palco e Raimundo Nonato, sempre muito criativo, sugeriu a cocheira do curral de Nelson Gonçalves Marques, o 'Tio Nelson', que consentiu em ceder o espaço. "O palco foi montado onde prendiam o bezerro, a platéia ficava onde tiravam o leite das vacas e onde ele era desnatado foi improvisado um camarim para as mulheres", relata Nadir Torres Lima, atriz e autora de peças.

A primeira apresentação foi em 31 de maio de 1955, com a peça "Mundo Velho Tá Sem Quintino". O sucesso foi tamanho que a comunidade formou um mutirão para construir uma casa de teatro. 'Tio Nelson' doou o terreno, os materiais de construção, desenhou a planta e, como era o único que conhecia um teatro, acompanhou a obra dando as ordens, mesmo depois de ter ficado cego. Após um ano de trabalho, o Teatro São Francisco de Taquaraçu de Baixo estava pronto, mas a festa durou pouco. Com as primeiras chuvas, toda a estrutura caiu.

Caiu o teatro, mas o desejo de representar continuou de pé. Assim 'Tio Nelson' novamente reuniu a comunidade e ergueu uma construção mais resistente. Tão resistente que a primeira reforma só ocorreu em 1992.

Recentemente, novas melhorias foram feitas no teatro, com patrocínio da prefeitura local e, desta vez, com projeto feito por uma arquiteta profissional, Daniele Groenner Bretas. "A estrutura do prédio estava péssima. O camarim era feito de compensado e a treliça estava cheia de cupim. Decidimos aumentar um pouco o espaço nos fundos, para conforto dos atores e do público, e fazer os reparos necessários", explica Goretti Gabrich Ramos, diretora municipal de cultura de Santa Luzia. Outros serviços importantes para o funcionamento foram feitos, como construção do camarim com dois banheiros, troca do telhado, recolocação de esteiras de palha no teto, instalação de lanternas internas, piso de cimento no lugar do chão de terra batida, troca das portas e pintura da edificação. Algumas características foram mantidas, como as vigas em madeira visíveis nas paredes, e as tábuas sem encosto, que são os bancos para a platéia.

O Teatro São Francisco, com capacidade para 150 pessoas sentadas, é administrado pela própria comunidade, em parceria com a Diretoria Municipal de Cultura. Segundo uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Teatro de Taquaraçu de Baixo é um dos dois únicos no mundo construídos dentro de um curral - o outro fica na Holanda.

A Gerência de Identificação do IEPHA fará um inventário de patrimônio imaterial para, a partir daí, identificar as demandas da comunidade, e apontar o tipo de suporte que o Instituto pode dar, se for o caso. "Além disso, faremos um projeto de história local para o registro da memória dos integrantes mais idosos do grupo de teatro", diz a gerente de Identificação do Instituto, Ângela Dolabela.

| Gerações unidas pelo teatro

Quem chega ao lugarejo tranqüilo e vê apenas a Igreja São Francisco, o pequeno comércio, as poucas casas e a mata cerrada não consegue imaginar o que o lugar esconde. Conversa vai, conversa vem, descobre-se que todos os moradores são simplesmente loucos pelas artes cênicas, embora a maioria nunca tenha visto uma grande montagem. Em todo o distrito, pessoas simples, agricultores, donas de casa, costureiras e estudantes são atores, autores, diretores, figurinistas e maquiadores.

Um deles é José Cândido Lima, o 'Zé do Lobo', que já foi carpinteiro, pedreiro, sapateiro e comerciante. Mas, em seus 94 anos, a profissão que mais lhe agrada é a de ator, que exerceu nos últimos 50 anos. Primo e cunhado do 'Tio Nelson', contagiou filhos, netos e bisnetos com a paixão pelo teatro.

Hoje 'Zé do Lobo' não atua mais. Sua última atuação foi em "Força do amor", escrita por sua filha Nadir, em que contracenou com seu filho Ademir Torres Lima, também conhecido como Deco. A peça mostrava a história de 'Tio Nelson' desde a juventude, passando pela cegueira, até a morte em 1988.

Nadir também não sobe mais ao palco. Com sérios problemas de visão, precisa da ajuda de um gravador para elaborar as peças, que depois são trabalhadas por suas filhas, Luiza e Bebel, e apresentadas pelo Grupo de Teatro de Taquaraçu de Baixo. "Quando 'Tio Nelson' morreu, eu falei: 'O senhor não vai mais precisar da sua inteligência, então deixa ela pra mim'. Foi aí que eu comecei a escrever as peças; só que junto ele deixou a cegueira", relata Nadir.

O grupo, formado por quase todos os moradores, se reúne sempre às terças e quintas-feiras, com o diretor Nélio Horta, contratado pela prefeitura, para ensaios e oficinas – na parte da tarde para crianças e adolescentes, de 8 a 15 anos, e à noite para adultos. Como no tempo do 'Tio Nelson', sem contar com patrocínio, todas as despesas são pagas pela própria comunidade e com os lucros de direitos autorais que Nadir recebeu pela peça "Força do amor".

'Zé do Lobo' contagiou filhos, netos e bisnetos com a paixão pelo palco

O Teatro de Taquaraçu de Baixo é um dos dois únicos no mundo construídos dentro de um curral

Recentemente, o grupo de teatro participou do IX Festival de Artes Cênicas de Conselheiro Lafaiete (IX FACE), com o espetáculo "Um causo e um café, um dedim de prosa com Maizé", de onde saíram com três indicações – atriz, ator coadjuvante mudo e peça de interação com o público – ao Troféu Imprensa de Minas Gerais, concorrendo com 12 Estados e 45 peças.

Se depender de Luiza e Bebel, a tradição da família 'do Lobo' não vai acabar tão cedo. A filha de Luiza, Lorrane, de 8 anos, é atriz e autora do livro "Versos de uma Pequena Aprendiz", que foi lançado em setembro de 2007, no mesmo dia da reabertura do teatro e aniversário de 'Zé do Lobo'. Mateus Lucas, de 12 anos, filho de Bebel, atua como contra-regra nas peças do grupo. E tem ainda o Luís Henrique, de 2 anos, que já atuava na barriga de sua mãe e participa informalmente no grupo.

Atualmente o grupo ensaia a peça "Tabareus", comédia romântica, estilo Romeu e Julieta, em tom caipira. A peça, de autor desconhecido, representa a herança de um circo que passou por Jaboticatubas, em 1920. "Agora, nosso objetivo é um só: queremos ser reconhecidos", declara Bebel.

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O detalhe mostra um dos apóstolos de Jesus Cristo e pertence ao quadro "A Santa Ceia", do mestre Manoel da Costa Ataíde.
A pintura sobre tela tem grandes dimensões – 4,67 m de largura por 2,73 m de altura – e pertence à Província Brasileira da Congregação da Missão, Casa do Caraça. A obra apresenta composição tradicional com o Cristo ao centro, repartindo o pão, e os apóstolos divididos em dois grupos de seis. A moldura é em madeira dourada e policromada.
No lado inferior direito da pintura pode-se ler claramente: "Ataíde fez no ano de 1828".
O artista, Manoel da Costa Ataíde, nasceu em Mariana, no dia 18 de outubro de 1762, e morreu em Ouro Preto no ano de 1830. Considerado o maior pintor do período colonial brasileiro, tem obra conhecida mundialmente. É responsável, junto com Aleijadinho, pelo mais expressivo conjunto artístico cultural do barroco mineiro.
A Santa Ceia está exposta na nave da capela do Colégio Caraça, construção do século XVIII, localizada no município de Santa Bárbara, a 112 quilômetros de Belo Horizonte.

BLOCO DE NOTAS

| Oficina

No dia 28 de agosto, as cidades de Buritizeiro e Pirapora recebem técnicos do IEPHA que vão dar uma oficina de Educação Patrimonial, com o objetivo de sociabilizar o conhecimento, envolver e conscientizar a comunidade sobre a responsabilidade na preservação de seu patrimônio cultural e fortalecer a construção de uma identidade coletiva. O programa pretende estabelecer um vínculo permanente e efetivo entre o IEPHA, os Conselhos Municipais de Cultura (de Buritizeiro e Pirapora), a Secretaria de Estado de Cultura e diversos segmentos sociais.

| Capacitação em Educação Patrimonial

Entre os dias 06 e 08 de agosto, o IEPHA recebeu, para ministrar um curso de Educação Patrimonial aos servidores, a museóloga e diretora do Museu Imperial de Petrópolis, Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta. Precursora do tema no Brasil, Lourdinha, como é conhecida, fez mestrado na Inglaterra, onde conheceu a educação patrimonial. De volta ao país, começou a desenvolver diversos projetos envolvendo a comunidade. "Eu dizia sempre aos arquitetos que eles iriam restaurar uma igreja e dez vezes ela iria cair, porque eles não estavam trabalhando com a comunidade, que é a guardiã do patrimônio", comenta.

O curso teve módulo teórico e prático. Os servidores, representantes de todas as diretorias e assessorias, foram divididos em grupos e trabalharam temas como a Praça da Liberdade, o próprio prédio do IEPHA e "relíquias" do século passado como cardas (equipamentos usados para desembaraçar o algodão antes de tecê-lo) e lamparina a querosene.

Curso ministrado aos funcionários do IEPHA/MG

O Instituto já vem trabalhando com Educação Patrimonial desde 1994, quando criou o projeto "Educação Memória e Patrimônio", em duas escolas estaduais – Barão de Macaúbas, em Belo Horizonte, e Zoroastro Vianna Passos, em Sabará. Segundo Lourdinha Horta, o IEPHA é um exemplo para todo o país por já ter um trabalho consolidado em proteção ao patrimônio.

BEM TOMBADO

Lagoa e Lapa do Sumidouro

A Lagoa e a Lapa do Sumidouro, localizadas a 40 quilômetros de Belo Horizonte, no distrito de Fidalgo, município de Pedro Leopoldo, são tombadas pelo IEPHA/MG desde 1977, com registro no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O dossiê destaca as inscrições rupestres presentes no local.

O conjunto paisagístico está inserido numa região que oferece belezas naturais para a exploração do turismo e é rico para pesquisas científicas do seu patrimônio arqueológico e paleontológico, sendo referência para a comunidade científica internacional e nacional. A área abriga alguns dos registros mais antigos da presença humana no continente americano, como fósseis, fragmentos de cerâmica e utensílios pré-históricos.

Aproximadamente de 12 em 12 anos, um fenômeno natural muda o espelho d'água da Lagoa do Sumidouro, fazendo com que esta fique quase seca, restando apenas um pequeno riacho chamado "Córrego do Sumidouro", que a abastece. Na lapa existe uma vazante por onde este córrego escoa. A palavra sumidouro, de origem indígena, significa "água que some". O córrego permanece subterrâneo por mais de cinco quilômetros, até suas águas ressurgirem à margem direita do Rio das Velhas.

A demarcação do perímetro de tombamento da lagoa foi feita com base na média da máxima cheia, totalizando aproximadamente 15 quilômetros. Quando seco, o terreno da lagoa é ocupado pelos proprietários das áreas circunvizinhas que aproveitam para aumentar suas terras, plantando e deixando o gado pastar à vontade na reserva.

A lapa, ou pedra grande, é uma formação rochosa que sobressai do conjunto formando um abrigo - ou gruta - de mais ou menos 20 metros de altura, que também é usada por visitantes e habitantes da região para a prática de esportes radicais como escalada e rapel.

Em janeiro de 1980, foi criado o Parque Estadual do Sumidouro, com 1,3 mil hectares, pelo Decreto nº 20.375. Além do rico patrimônio natural, cultural, arqueológico e paleontológico, o parque abriga ainda monumentos arquitetônicos, tombados pelo IEPHA/MG, como a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Casa Fernão Dias, esta transformada em sede provisória do parque, cedida por convênio entre a Prefeitura de Pedro Leopoldo com o Instituto Estadual de Florestas.

A Lapa do Sumidouro guarda pinturas rupestres datadas de mais de 400 mil anos, que fazem parte de um conjunto de sítios pré-históricos estudados pelo naturalista dinamarquês Peter Lund que divulgou internacionalmente este patrimônio natural de Minas.

*Referências: Dossiê de tombamento do IEPHA/MG de Pedro Leopoldo – Fidalgo - Lagoa e Lapa do Sumidouro com suas inscrições rupestres.

O dossiê destaca as inscrições rupestres presentes no local

Anunciação à Virgem Maria

A festa de Nossa Senhora da Anunciação - comemorada no Oriente desde o século V e no Ocidente a partir do século VI - acontece nove meses antes do Natal, celebrando a anunciação do arcanjo Gabriel à Virgem Maria.

O texto litúrgico, no Evangelho de Lucas 1, 26-48, narra que o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de David, cujo nome era Maria. O anjo disse-lhe: "Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo". Ao ouvir estas palavras, Maria perturbou-se, mas o anjo a acalmou: "Maria, não temas, pois achaste graça diante de Deus. Hás de conceber no teu seio e dar à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Será grande e vai chamar-se Filho do Altíssimo. O Senhor Deus vai dar-lhe o trono de seu pai David, reinará eternamente sobre a casa de Jacob e o seu reinado não terá fim."

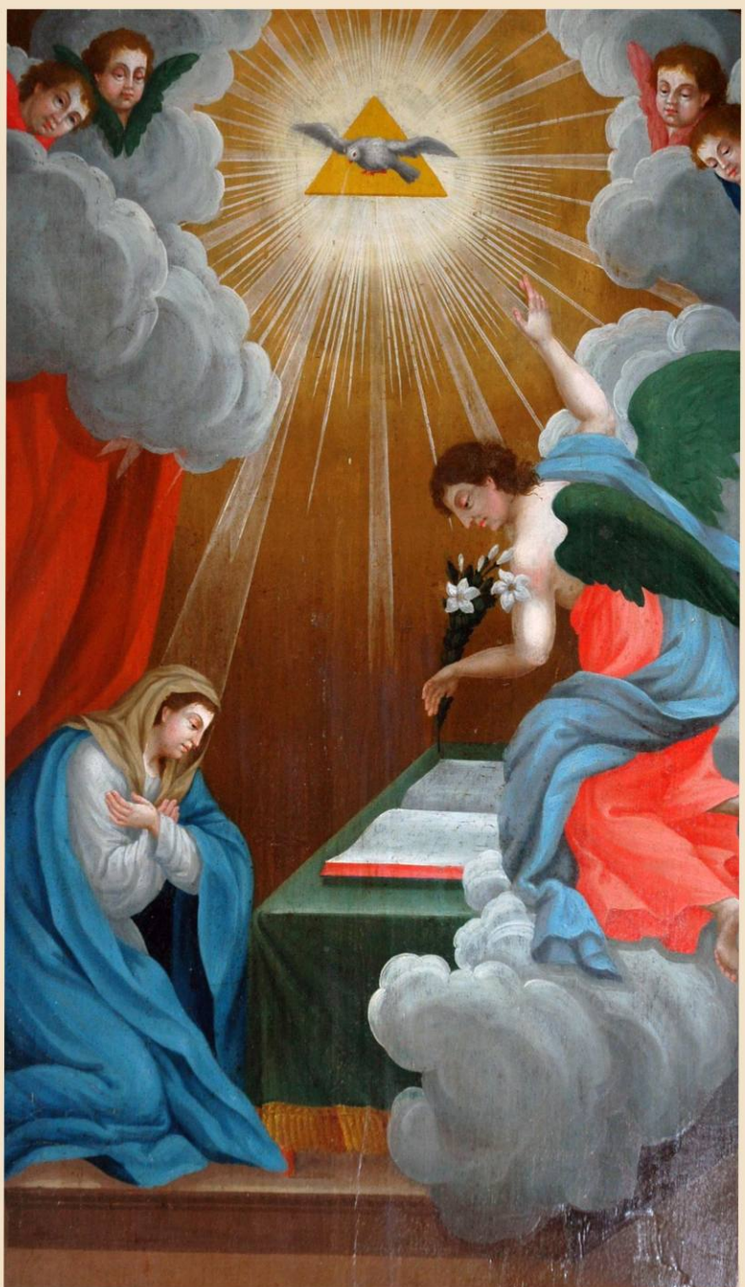
Maria perguntou como isso se daria, já que ainda não conhecia homem, ao que o anjo respondeu: "O Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso, aquele que vai nascer é Santo e será chamado Filho de Deus. Também a tua parente Isabel concebeu um filho na sua velhice e já está no sexto mês, ela, a quem chamavam estéril, porque nada é impossível a Deus." Maria disse, então: "Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra."

A iconografia da Anunciação surgiu no Oriente, com a Virgem representada jovem. Maria, geralmente, mostra a cabeça ligeiramente inclinada e do alto um raio pousa sobre ela, representando o Espírito Santo, às vezes sob forma de uma pomba. À sua frente, normalmente à esquerda, o arcanjo Gabriel assume a posição de quem fala, e Maria de quem escuta e aceita.

A cena se transformou com o tempo, passando-se em um jardim onde Maria, às vezes, trabalha numa roca, fiando a púrpura, símbolo da encarnação, ou traz um livro aberto no regaço, sempre com expressão mista de calma e espanto. Um poço sinaliza a disponibilidade de Maria para receber a água da vida: o Cristo. Finalmente, a partir do Renascimento, a cena pode acontecer em uma sala, com lareira e outros elementos domésticos.

Normalmente o anjo e a Virgem usam as cores verde, azul, vermelho e ouro, todas de grande simbolismo. Não raro aparece em algumas representações um jarro de flores, geralmente açucenas brancas, alusão ao pote que a Virgem carregava nos ombros a caminho da fonte, quando recebeu o anúncio do anjo. Existe também a representação em escultura, apresentando-se Maria isoladamente, bastante jovem, e com a mesma expressão de aceitação e júbilo.

No próximo número, conheça a iconografia da Visitação da Virgem Maria à prima Isabel.



Pintura "Anunciação" presente na parede da capela da Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale

* FONTE: Professor Renato César J. de Souza - arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do IEPHA/MG